

Autonomia e Gestão da Escola Pública

*João Jaime Pires**

Caros colegas,

Agradeço à direção do SPGL a oportunidade de partilhar convosco esta breve reflexão sobre a situação de autonomia e de gestão da Escola Pública. A escola é, por definição, um espaço de ensino e de aprendizagem. Um palco onde os seus atores principais, alunos e professores, protagonizam a aventura da identidade de todos com o saber.

Conforme afirmou João Barroso, “a construção de identidade própria pressupõe a participação de todos os atores que interagem entre si. A nova conceção das organizações implica a ‘recuperação’ da importância dos atores (...). A autonomia da escola passa pela capacidade da mesma se identificar e, por isso mesmo, de se diferenciar daquilo que a envolve. Mas, esta capacidade de se diferenciar implica que seja capaz de se relacionar e interagir com o meio que a envolve. Autonomia não significa independência, mas sim interdependência.”

É em razão disso que a direção da Escola Secundária de Camões assumiu como principal missão contribuir para posicionar a escola como espaço e tempo de trabalho, mas simultaneamente de convivência, de partilha de vivências democráticas, de espaço de concretização de escolhas múltiplas, tendo sempre como horizonte o sucesso desejado e possível dos alunos. A finalidade é educar os jovens, quer para a sua realização futura como cidadãos autónomos, críticos e responsáveis, quer como profissionais preparados para enfrentar os desafios que o amanhã necessariamente lhes trará.

Educar é necessariamente tomar decisões, correr riscos, assumir responsabilidades, exigindo-se nos processos democráticos de tomada das decisões a participação de sujeitos conscientes, livres e responsáveis. A autonomia e a responsabilidade são, simultaneamente, condições necessárias às práticas democráticas e consequências resultantes de tais práticas.

Nos três anos e meio de governo PSD/CDS foram retirados ao financiamento do ensino público mais de 3.000 milhões de euros e o sistema perdeu mais de 30.000 professores. Ano após ano os problemas sucederam-se, ao sabor dos experimentalismos com que os diversos ministros dos diferentes governos sempre pretenderam deixar a sua marca, nomeadamente em termos de “criatividade/quantidade” legislativa. E no final são sempre os agentes e atores do costume a arcar com a responsabilidade de resolver, no terreno, os problemas habituais, sejam os alunos, pais, professores ou os funcionários das escolas.



**Os desafios
da docência**
perante o recuo dos direitos de cidadania
5 e 6 de fevereiro de 2015
fórum Lisboa

Temos sentido crescentes dificuldades em assumir o nosso papel neste palco em que se encena e representa esta peça em forma de diálogo a que

chamamos escola. As dificuldades prendem-se sobretudo com a discordância com um modelo de gestão unipessoal em vez de ser colegial, com o desacordo em relação ao modelo de avaliação de desempenho docente que transformou os professores em agentes de uma máquina burocrática que tanto desestabilizou as escolas e que, neste momento, é uma incógnita perversa que terá uma dimensão trágica quando esta avaliação tiver algum valor real na progressão profissional dos professores.

As escolas estão a mudar e estão a mudar para pior com a redução precoce e rápida de um número significativo de professores mais experientes que acabaram por não fazer “a passagem de testemunho” aos mais recentes e também com a não renovação de contratos de funcionários e de professores mais jovens, como se o imperativo de educar fosse conjugável com a ideia de que estes são descartáveis e prescindíveis, quando a renovação dos quadros docente e não docente é a condição de possibilidade da escola poder estar à altura de acompanhar o ritmo acelerado da mudança que ocorre no mundo de hoje.

O cansaço e a desmotivação fazem-se sentir com o congelamento e com a regressão das carreiras dos professores, com o aumento da carga letiva e com a ampliação do número de alunos por turma, com a degradação e o abandono do parque escolar particularmente o espaço físico do edifício histórico e classificado de interesse público onde está situada a Escola Secundária de Camões, com a falta de equipamentos e sobretudo com o discurso hipócrita do Ministro Crato em relação a todas estas matérias.

A tão apregoada autonomia revela-se no dia-a-dia numa cada vez maior dependência em termos administrativos e pedagógicos da centralizadora máquina que é o Ministério da Educação – não é possível às escolas comprar uma simples caneta de quadro sem autorização do “hiper” Ministério da Finanças que, neste momento, decide todas as necessidades de todos os serviços públicos com um único critério: o do controlo financeiro, o qual se traduz num garrote ao poder de dar leis a si próprio, que é o que literalmente significa autonomia.

O atual ministro, ao mesmo tempo que apregoava publicamente mais autonomia para as Escolas, negociava a entrega dessa “autonomia” aos municípios. Licínio Lima alertou recentemente, em Santarém, para o facto de as escolas e os agrupamentos não estarem a ter voz ativa num processo que, não corresponde a uma verdadeira descentralização mas sim a uma mera “delegação de competências” em que os municípios se tornam “meros executores subordinados”, subvertendo o princípio da autonomia do Poder Local. Alertou ainda para a natureza do contrato em negociação, que no seu entender obedece a uma “teoria contratualista” que privilegia valores instrumentais, como a eficácia e a eficiência, em detrimento de valores “substantivos” como a democracia, acabando deste modo por escancarar a porta a “quem fornece pelo melhor preço”, deixando que o mercado se instale e dite as suas leis, contradizendo na essência o ideal de autonomia.

Sem dúvida que a Escola Pública ganha com a descentralização das políticas educativas e com uma maior capacidade de decisão e de intervenção na comunidade, através, por exemplo, da criação de um conselho local de educação. Contudo, a Municipalização pretendida poderá favorecer lógicas de clientelismo local, potenciando o controlo político das escolas e favorecendo o caciquismo, desvirtuando assim a sua autonomia.

Hoje, todos sabemos perfeitamente o que significa a política educativa de Nuno Crato e o seu imperativo de “fazer menos com mais”. Se no início do seu mandato, o ministro da educação ainda poderia aparecer mascarado de paladino do rigor e da exigência, imagem que trazia de programas televisivos como o “Plano Inclinado”, após mais de três anos de governação a máscara caiu em razão da força gravítica das circunstâncias. Sob o manto da austeridade supostamente imposto pela troika, deparamo-nos com um projeto ideológico que tem como única finalidade proceder à transferência de capitais do mundo do trabalho para o mundo da finança. Enganam-se aqueles que pensam que a luta de classes marxista é um conceito definitivamente ultrapassado e que só tem valor no museu das ideias políticas. As políticas educativas de Nuno Crato revelaram, para quem as quer ler, uma agenda clara: emagrecer ou mesmo reduzir ao osso o setor público para engordar o setor privado. Em termos educativos, para proceder com eficácia a essa engenharia financeira, o governo vai canalizando deliberadamente os investimentos necessários à escola pública para subsidiarem, em nome de uma pretensa “liberdade de escolha”, escolas e colégios privados.

Apesar de todos os constrangimentos, não devemos baixar os braços. O facto de sabermos que a razão está do nosso lado constitui o tónico suficiente para a mobilização de Pais, Alunos e Professores. Compete ao SPGL e restantes sindicatos criar as condições para tornar pública esta razão, dar-lhe visibilidade de uma forma clara e inequívoca, sem cair num discurso que possa ser interpretado como demagógico e corporativo. Deve, por conseguinte, redobrar esforços para, com imaginação e ousadia, ganhar a opinião pública para as causas da escola pública, a única capaz de garantir um futuro risonho para os nossos jovens, fazendo valer no nosso mundo a concretização da ideia de equidade.

Precisamos de voltar a ter esperança no futuro. E não existe melhor tónico para a esperança do que lutar em nome do valor incondicional da dignidade humana. Parafraseando um alemão do século XX, Bertold Brecht, um homem que viveu tempos sombrios e que ainda assim nunca desistiu de lutar: “Há homens que lutam um dia e são bons, há outros que lutam um ano e são melhores, há os que lutam muitos anos e são muito bons. Mas há os que lutam toda a vida e esses são imprescindíveis.”

Ser professor é a luta da nossa vida.

* Diretor da Escola Secundária de Camões, Lisboa